

A RUA NOVA DE LISBOA: DA GÊNESE MEDIEVAL AO FINAL INESPERADO

MANUEL FIALHO SILVA*

Resumo: *No Verão de 1294, D. Dinis celebrou um contrato com o concelho de Lisboa para a construção de uma muralha na Ribeira, onde foi imposto como condição fundamental o direito régio à construção de casas junto à estrutura defensiva. Poucos anos depois, um inventário régio registaria quarenta e sete lotes de propriedades urbanas situadas na Rua Nova, ligados entre si, junto à muralha. Quatro séculos e meio depois da construção por D. Dinis do referido conjunto de casas, o terramoto de 1755 levaria à contabilização e medição de boa parte do cadastro de Lisboa. Nessa contabilização, realizada logo após o Terramoto, foram identificados na fachada sul da Rua Nova exactamente quarenta e sete lotes, ou seja, exactamente o mesmo número de lotes erguidos a mando de D. Dinis, no lado interior da muralha da Ribeira, nos finais do século XIII. Isto significa que a Rua Nova de Lisboa, principal artéria da cidade, foi uma criação medieval cuja génese e perenidade serão os temas fulcrais que nos propomos aqui analisar.*

Palavras-chave: *Lisboa; História Medieval; Urbanismo; Rua Nova; D. Dinis.*

Abstract: *In the summer of 1294, King Dinis signed a contract with the municipality of Lisbon for the construction of a wall in Ribeira, where the royal right to build houses next to the defensive structure was imposed as a fundamental condition. A few years later, a royal inventory recorded forty-seven lots of urban properties located on Rua Nova, connected to each other, next to the wall. Four and a half centuries after the construction by King Dinis of the aforementioned houses, the 1755 earthquake led to the accounting and measurement of a large part of Lisbon's cadastre. In this count, carried out shortly after the Earthquake, exactly forty-seven lots were identified on the south facade of Rua Nova, that is, exactly the same number of lots built by King Dinis, at the end from the 13th century. This means that Rua Nova de Lisboa, the city's main artery, was a medieval creation whose genesis and perpetuity will be the central themes that we propose to analyze here.*

Keywords: *Lisbon; Medieval History; Urbanism; Rua Nova; King Dinis.*

O topónimo «Rua Nova» não é uma designação original nem exclusiva de Lisboa. Em algumas outras cidades do reino, como em Coimbra ou no Porto, existiram outras vias com a mesma denominação. Em todos os casos, estas artérias eram de grande importância para a vida urbana das respectivas cidades, constituindo-se como núcleos comerciais da maior relevância, distinguindo-se pelo seu traçado linear e por uma largura superior às ruas mais comuns¹. Não é conhecido o momento exacto em que a Rua Nova foi aberta em Lisboa. A sua primeira referência documental encontra-se no contrato entre o rei D. Dinis e o concelho da cidade sobre a construção de

* CML-GEO | CH-FLUL. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

¹ TRINDADE, 2013: 592.

uma muralha na Ribeira, realizado em 1294, onde se menciona esta artéria como já existente².

Na actual planta de Lisboa, devemos situar a desaparecida artéria medieval num traçado diagonal sobre o quarteirão delimitado pelas ruas do Ouro, Comércio, de S. Julião e dos Fanqueiros. O traçado da Rua Nova percorria o antigo limite ribeirinho do arrabalde ocidental da cidade, espaço privilegiado para a entrada e saída de pessoas e bens, quer por via fluvial, quer por via terrestre, através do caminho que percorria a praia. A existência de uma via marginal que acompanhava a margem ribeirinha, anterior à abertura da Rua Nova, pode ser inferida através da presença de uma ponte cuja posição só se explica com a existência desse caminho. A Ponte da Galonha, cuja função era ultrapassar o caudal de um esteiro, situava-se no extremo ocidental do vale da Baixa, encontrando-se documentalmente atestada entre 1240 e 1448³. Perante estas evidências é possível supor que o traçado norte da Rua Nova tenha tido origem não quando a artéria foi aberta, mas num momento anterior, em que, aproximadamente no mesmo local, existiria uma via marginal ao longo do Tejo (Fig. 1). Relativamente ao lado sul da Rua Nova conhecemos melhor a sua génese.

Em 1294, D. Dinis acordou com o concelho da cidade a construção de uma muralha na Ribeira, colocando como condição a apropriação dos espaços contíguos para aí erguer casas para rendimento da Coroa. Esta condição não podia ser menos inocente. O acordo permitiu ao monarca apossar-se de um valioso espaço urbano que até então pertencia ao concelho: a Ribeira de Lisboa. O pretexto da construção da muralha foi o móbil perfeito para que D. Dinis efectuasse uma profunda remodelação urbana na Ribeira de Lisboa, local onde seriam colectadas as mais altas rendas urbanas do reino, durante vários séculos⁴. A reestruturação do espaço ribeirinho causada pela construção da muralha e da fachada sul da Rua Nova implicou a criação de um aterro que conquistou novo espaço urbano ao Tejo.

Em 1300, apenas seis anos após o contrato que deu início à construção da muralha, a Coroa possuía quarenta e sete lotes na Rua Nova⁵ (Fig. 2). Nas chancelarias dos reinados posteriores multiplicam-se as referências aos aforamentos desses lotes. O elevado número e o alto valor patentes nesses documentos comprovam a relevância que as casas da Rua Nova detinham nos rendimentos da Coroa.

No reinado de D. Dinis, as casas da Coroa situadas na Rua Nova eram aforadas a mercadores, factor que advém da intensa actividade comercial já então existente na cidade. Nesta época, Lisboa era um porto europeu com uma inegável vocação comercial marítima, o que a tornava num local especialmente atractivo para a implantação

² *Livro dos Pregos*, 2016: 82.

³ SILVA, 2012: 18.

⁴ GONÇALVES, 1996: 11-60; SILVA, 2017: 310-355.

⁵ *Cabido da Sé*, 1954: 352.

das bases comerciais de mercadores de grosso e médio trato, tanto portugueses como estrangeiros. A presença de mercadores não foi, portanto, uma novidade dos finais do século XV, momento em que a documentação atesta a denominação Rua Nova dos Mercadores pela primeira vez⁶.

A remodelação da Ribeira efectuada por D. Dinis no final do século XIII marcou a imagem urbana da cidade até ao terramoto de 1755, pois esta fulcral parte da cidade apenas desapareceria com a posterior reestruturação urbana do vale da Baixa lisboeta. No dia um de Novembro de 1755, estavam ainda praticamente intactos os lotes desenhados na última década do século XIII, por meio da prática do cordeamento, ou seja, através da demarcação precisa por intermédio de cordas esticadas. Foi possível chegar a esta conclusão comparando o número de lotes existentes no *Livro dos Bens Próprios*⁷, um inventário produzido em 1299 ou 1300, com o número de lotes existentes na pintura da Rua Nova realizada no século XVI⁸, e analisando a reconstituição concebida por Augusto Vieira da Silva relativa a esses mesmos lotes em 1755⁹. Estas três fontes revelaram precisamente o mesmo número de lotes, facto que demonstra que estes se mantiveram praticamente inalterados durante quatro séculos e meio. Note-se que nos referimos aos lotes e não ao edificado, pois este último sofreu com certa renovações consideráveis durante este largo período de tempo¹⁰.

A muralha de D. Dinis na Ribeira era rasgada por duas portas que estabeleciam o acesso entre a praia fluvial e a Rua Nova. Augusto Vieira da Silva na sua reconstituição da morfologia deste local, indica os Arcos dos Pregos e o dos Barretes como estruturas que sucederam a duas prováveis portas na muralha original. Consideramos que estas portas devem realmente ter feito parte do plano urbanístico realizado no final do século XIII, dada a perenidade do cadastro desta área, anteriormente demonstrada e também porque foi possível ao olisipógrafo recuperar a história da toponímia destes locais, estabelecendo ligações documentais entre os séculos XIV e XVIII. O posterior Arco dos Pregos seria denominado nas primeiras décadas do século XIV como «Porta da Rua Nova» e posteriormente, desde os meados do século XIV até aos meados da centúria seguinte, como «Porta da Herva». Desde aproximadamente meados do século XV até ao terramoto de 1755, esta porta foi conhecida como Arco dos Pregos, devido ao facto de aí se localizarem vendedores de pregos. Por cima desta entrada existiam, muito possivelmente até 1755, visto que o número de lotes se manteve estável, umas casas registadas na documentação desde 1402. O Arco dos Barretes terá obtido este nome apenas no princípio do século XVI¹¹.

⁶ SILVA, 1987: I, 94.

⁷ *Cabido da Sé*, 1954: 333-353.

⁸ JORDAN GSCHWEND, LOWE, 2015: 101-119.

⁹ SILVA, 1987: 251.

¹⁰ SILVA, 2017: 317-333.

¹¹ SILVA, 1987: I, 65-69.

Espaço urbano especialmente atraente para mercadores e mesteiros, a Rua Nova foi o principal pólo comercial da cidade desde o final do século XIII. As disputas sobre um lugar na mais importante artéria de Lisboa começaram cedo e prolongaram-se durante toda a idade média. Em 1366, D. Pedro isentou os alfaiates de panos de cor que ocupavam tendas na Rua Nova de se mudarem para a Rua da Madalena conforme lhes tinha sido ordenado pelo rendeiro¹². No documento que refere esta isenção régia é possível perceber que o concelho da cidade pretendia que estes alfaiates abandonassem as tendas da Rua Nova para se concentrarem em determinado local da freguesia da Madalena. Contudo, o monarca não permitiu que os referidos mesteiros fossem constrangidos a tal mudança, concedendo que estes permanecessem nas tendas da Coroa situadas na Rua Nova. Numa postura concelhia realizada possivelmente no início do século XV, observa-se a proibição de alguns mestres de ofícios possuírem tendas na Rua Nova, nomeadamente, sapateiros, alfagemes e outros mesteiros exceptuando alfaiates, tosadores e jubiteiros «porque ssom mesteres que convem aos mercadores»¹³. Nessa mesma postura é referido que a interdição abrange apenas os locais de trabalho desses mesteiros, e não possíveis casas de habitação que aí tivessem, o que protege as rendas que o concelho e a Coroa aí obtinham. Uma outra postura concelhia, também do século XV, estabelecia as normas para o comércio na via pública, neste caso, na Rua Nova, regulando a largura máxima das bancadas e tabuleiros aí existentes¹⁴. Algumas actividades estavam excluídas da artéria que aqui estudamos, nomeadamente, era proibido aí reparar toneis e pipas, talhar ferro, fazer salga de pescado e couros, e ainda vender ou revender sardinha, recaindo pesadas coimas sobre os transgressores¹⁵. A elitização progressiva do espaço urbano da Rua Nova iria culminar na instalação de grades de ferro que delimitaram uma parte da zona oriental da artéria, adjacente à fachada sul, para separar os altos negociantes do povo, realizada no século XVI¹⁶.

A Rua Nova não era apenas um espaço de comércio ou de habitação dos altos funcionários e mercadores, pois aí se desenrolavam outras actividades sociais de relevo para a cidade. Em 1402, D. João I autorizou o concelho a retirar os esteios da Rua Nova para que aí se circulasse mais facilmente e também para que essa artéria pudesse ser utilizada para a realização de justas¹⁷. As justas eram jogos marciais onde se realizavam combates individuais entre cavaleiros ou peões, usando várias armas. A ocorrência destes jogos marciais na Rua Nova é também confirmada por Fernão Lopes, que nos informa que «era costume quando os Reys vinhão às Cidades, que

¹² *Livro dos Pregos*, 2016: 142.

¹³ *Livro das Posturas Antigas*, 1974: 68.

¹⁴ *Livro das Posturas Antigas*, 1974: 61.

¹⁵ *Livro das Posturas Antigas*, 1974: 60.

¹⁶ SILVA, 1987: I, 95.

¹⁷ MARTINS, 2010: 160.

os Mercadores, e Cidadãos justavão com os da Corte por festa (em aplauso da sua vinda) estando ElRey presente»¹⁸.

Além das justas, a Rua Nova era também palco para a leitura de pregões, possivelmente num local especialmente construído para esse efeito. O *tavolado* estava instalado na Rua Nova, perto do cruzamento com a artéria que seguia para Norte, na direcção do Poço da Fótea. Segundo Augusto Vieira da Silva este *tavolado* seria um «estrado, palanque ou varanda, certamente de madeira, de cima do qual se faziam os pregões públicos sobre leilões, posturas e outros avisos»¹⁹. Outra importante actividade que ocorria na mais relevante artéria da cidade era a recolha de água no Chafariz de Santa Maria da Oliveira, situado junto à ermida com o mesmo nome, aproximadamente a meio da fachada Norte da Rua Nova, não muito longe da Igreja de S. Julião. Esta fonte pública está atestada documentalmente desde 1339, numa confrontação de casas na Rua Nova²⁰. Em 1430, o concelho de Lisboa publicou uma ordenação tentando impedir a lavagem de roupa e de escudelas neste chafariz, o qual continuou em funcionamento até ao terramoto de 1755 momento em que ficou destruído²¹.

Relativamente ao edificado que constituía a Rua Nova, é possível afirmar que as duas fachadas, norte e sul, seriam substancialmente diferentes.

A fachada norte integrava edifícios de várias épocas, de diversos tipos construtivos e de tipologias variadas. É possível que alguns edifícios existentes nos finais do século XIII, na fachada norte, tivessem origem num momento anterior à conquista de 1147, e que os seus lotes tenham resistido durante séculos. Os edifícios desta fachada foram sendo erguidos, renovados e reconstruídos ao longo do tempo sem qualquer organização estruturada até à renovação pombalina.

No caso da fachada sul, verificava-se um conjunto de edifícios homogéneos erguidos praticamente num mesmo momento, entre 1294 e 1299, momento em que D. Dinis realizou a construção da muralha e a reestruturação da Ribeira. A fachada sul era inicialmente constituída por edifícios com dois pisos que terão sido alteados posteriormente, apresentando três ou quatro pisos em meados do século XVI, tal como se pode observar na pintura da Rua Nova pertencente à *Kelmscott Manor Collection*²². Apesar de não conhecermos os edifícios medievais, foi possível apurar as medidas de largura e de comprimento dos lotes: vinte palmos de largura e sessenta de comprimento²³. Tratavam-se, portanto, de lotes compridos e estreitos, erguidos dessa forma para maximizar a rentabilidade do local, onde se situava o metro quadrado mais valioso do reino. Sessenta palmos de comprimento é igualmente a medida

¹⁸ LOPES, 1966: 123.

¹⁹ SILVA, 1987: I, 110.

²⁰ MARQUES, RODRIGUES, eds., 1990: 302-303.

²¹ *Livro das Posturas Antigas*, 1974: 3.

²² JORDAN GSCHWEND, LOWE, 2015: 101-119.

²³ Ou seja, treze metros e vinte centímetros de comprimento e quatro metros e quarenta centímetros de largura.

que existia entre a parede da muralha e o limite norte dos lotes da Judiaria Nova, construídos também no mesmo momento. No caso da Judiaria Nova, a existência de uma rua de acesso às casas entre a muralha e os lotes levou a que o comprimento destes fosse menor do que o dos da Rua Nova²⁴.

Os limites da Rua Nova foram estabelecidos pela olisipografia, com a Rua da Calçetaria, ou seja, a medieval Rua do Morraz, a ocidente, e o Largo do Pelourinho, a oriente²⁵. Estes limites estão correctos para o final da Idade Média e também para épocas posteriores, mas merecem a nossa atenção relativamente ao século XIV. No que respeita aos limites ocidentais, a documentação indicia que a Rua Nova se estendia para além na Ponte da Galonha, e que a zona abrangida pelo topónimo Morraz, só se iniciaria pouco depois dessa ponte, tal como se pode observar no inventário dos bens da Coroa realizado entre 1299 e 1300²⁶. Relativamente aos limites orientais, o Largo do Pelourinho apresenta um problema relevante, para o qual propomos uma nova solução. A primeira referência documental ao Pelourinho data apenas de 1392, ou seja, quase um século depois de D. Dinis e o concelho terem assinado o acordo de construção da muralha que permitiu a reestruturação da fachada sul da Rua Nova²⁷. Esta menção muito tardia, aliada a outros factores, leva-nos a crer que o Largo do Pelourinho apenas terá sido aberto no final do século XIV. Antes desse momento, a Rua Nova estendia-se até à Portagem, ou seja, até à Torre da Escrivantina, tal como está previsto no contrato de 1294²⁸. A documentação revela que ocorreu neste local uma urbanização efectuada por Domingos de Gaya entre 1302 e 1305, num terreno situado entre a Torre da Escrivantina e o Açougue do Pescado, doado pelo rei a este importante mercador para aí construir casas²⁹. Por último, importa considerar os dois incêndios ocorridos em 1369 e 1373 que destruíram parte da Rua Nova. O primeiro destes incêndios terá tido início na Rua da Ferraria, alastrando para a Rua Nova, contudo pouco mais se sabe sobre este fogo³⁰. Em 1373, durante o cerco de Henrique II de Castela a Lisboa, ocorreu, segundo Fernão Lopes, um incêndio em que «ardeo toda a rua nova, e a freguesia da Madanella, e de Som Gião, e toda a judiaria, a melhor parte da cidade; [...] E tomarom pera levar por memoria aa hida, quando se forom, huumas muj fremosas portas da alfamdega dessa çidade»³¹. Note-se que a Alfândega se situava exactamente a norte do local onde foi aberto o Largo do Pelourinho em finais do século XIV. Deste modo, consideramos que a Rua Nova teve

²⁴ SILVA, 1987: II, 5-35; SILVA, 2013: 181-193; ROCHA, 2014: 80-87; ROCHA, SILVA, 2016.

²⁵ SILVA, 1987: I, 92; GONÇALVES, 1996: 65-67.

²⁶ *Cabido da Sé*, 1954: 352.

²⁷ MARQUES *et al.*, 2004: l2-fol 69.

²⁸ *Livro dos Pregos*, 2016: 82.

²⁹ SILVA, 2017: 341-353.

³⁰ LOPES, 1989: 104.

³¹ LOPES, 1989: 204.

lotes no seu extremo oriental erguidos pelo mercador Domingos de Gaya, que terão sido afectados pelos incêndios de 1369 e 1373, tendo sido posteriormente demolidos para a abertura do Largo do Pelourinho em algum momento entre 1373, a data do último incêndio e 1392, data da primeira referência documental ao Pelourinho.

Apesar de não conhecermos qual o pavimento da Rua Nova em época medieval, tem sido sugerido que a Rua Nova de Lisboa teria sido calcetada durante o reinado de D. Dinis, no entanto não encontramos qualquer referência documental ou arqueológica que comprove tal facto³². Na verdade, apenas é possível considerar sobre o pavimento da artéria que uma rua calcetada dificilmente poderia suportar a realização das justas documentadas no início do século XV³³. Deste modo, parece-nos mais cauteloso supor que o calcetamento da Rua Nova se tenha iniciado apenas nos finais do século XV, por ordem de D. João II³⁴. Numa carta deste monarca, datada de novembro de 1482, encontra-se a primeira referência ao calcetamento da Rua Nova, aparentemente por iniciativa régia. Nesse documento o monarca pede para ser executada de forma pormenorizada uma planta que lhe permita observar a rua com rigor. Infelizmente, esta planta, se realmente foi concebida, desapareceu dos arquivos. Segundo Iria Gonçalves, D. João II terá ficado bem impressionado com a calçada da Rua Nova do Porto, a qual tinha sido aberta por ordem de D. João I, tendo ordenado que a Rua Nova de Lisboa fosse calçada com pedra semelhante³⁵. E assim foi, a partir de 1485 a pedra nortenha começou a chegar a Lisboa. Os carregamentos embarcados no Porto com destino à foz do Tejo duraram até 1492. No entanto, devido ao peso dos encargos destas operações, a partir desta data encontrou-se uma outra solução mais económica. A pedra para calçar a Rua Nova de Lisboa passou a vir de mais perto, de alguma pedreira situada entre Abóbada e Rio de Mouro, nos actuais concelhos de Sintra e Cascais, sendo transportada pelos pescadores de Cascais. Quando D. João II morreu em finais de Outubro de 1495 a calçada da Rua Nova ainda não havia sido terminada, tendo-se prolongado as obras até ao avançado ano de 1515, ano em que foi realizado um mandato régio para que se acabasse de calcetar a Rua Nova³⁶.

Desenhemos agora um rápido panorama da Rua Nova e da sua envolvente nos finais do século XIV, no sentido de compreender melhor a importância estrutural desta artéria para a vida económica e social da época. A oriente situava-se o Largo da Portagem, local de entrada e saída na cidade de todo o tipo de produtos, sendo aí feito o controlo e taxaço desses bens. Um pouco a ocidente, os lotes entretanto desaparecidos da Rua Nova deram lugar ao então recente Largo do Pelourinho, local

³² MARQUES, 1987: 479; GONÇALVES, 1996: 124.

³³ MARTINS, *ed.*, 2010: 160.

³⁴ GONÇALVES, 1996: 117-137.

³⁵ AMARAL, DUARTE, 1985.

³⁶ GONÇALVES, 1996: 125-131.



Fig. 1. A Ribeira de Lisboa c. 1260. Fonte: Elaborado pelo autor

de trocas comerciais diárias, tanto nos Açougues do Pescado como junto às portas da Alfândega com as tendeiros, situadas em pequenas tendas nesse local. No cruzamento da Rua da Ferraria com o Largo do Pelourinho encontrava-se a Casa do Haver do Peso, instituição camarária, onde se controlavam os pesos e as medidas praticadas no comércio urbano. Encostados a norte desta casa do concelho, estavam, na fachada sul da Rua Nova, desde o reinado de D. Dinis, os Cambos, local onde os cambistas processavam o câmbio, prática de grande relevância numa cidade onde mercadores de várias proveniências realizavam diariamente transacções comerciais. A norte dos Cambos situava-se a Casa dos Contos, onde se efectuava a administração dos bens da Coroa e onde se resolviam as disputas que diziam respeito a esses bens. A oriente da Casa dos Contos encontrava-se a Alfândega régia, a qual permanece ainda muito pouco conhecida, mas cujas dimensões físicas parecem indiciar uma das mais relevantes estruturas urbanas da cidade. Já na Rua Nova, perto da via que dava acesso à Judiaria Velha, estava o *tavolado*, já aqui referido, e atrás dele, a norte, o Poço da Fótea. Mais a ocidente situava-se, no lado norte da artéria, o Chafariz de Santa Maria da Oliveira também já aqui mencionado. Desde este local, em direcção a ocidente, no lado sul da Rua Nova, as casas dispostas nos compridos e estreitos lotes, entestavam agora com o muro das Tercenas reais, o qual estaria na continuação da muralha da Ribeira.

As Tercenas reais parecem já existir antes da remodelação urbana da Ribeira realizada por D. Dinis no final do século XIII, mas é possível que então tenham sido profundamente remodeladas, pois é desde esse momento que começam a

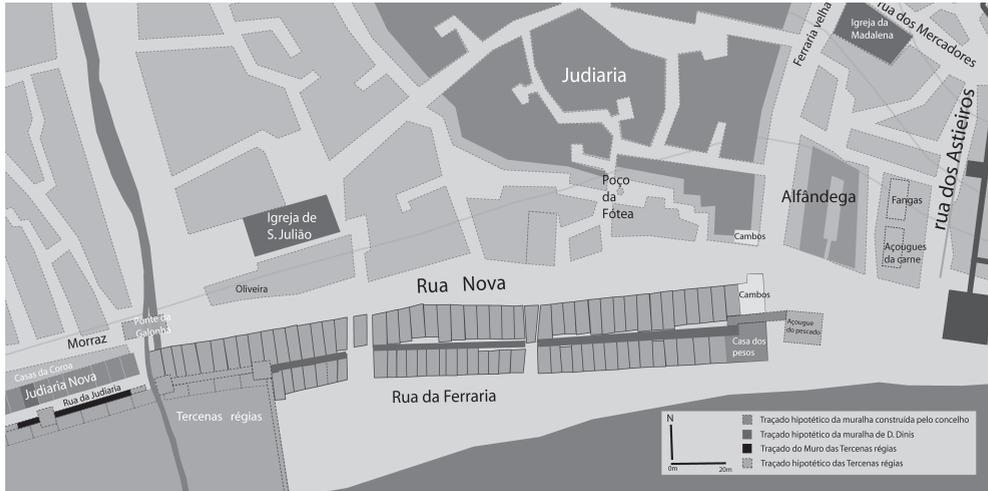


Fig. 2. A Ribeira de Lisboa c. 1300. Fonte: Elaborado pelo autor

surgir repetidamente referências na documentação. A norte das Terceiras situava-se a Judiaria Pequena, separada daquela por uma rua estreita e comprida. A norte da Judiaria Pequena situavam-se as Fangas da Farinha, importante estrutura onde se escoava o pão. No centro de todas estas estruturas urbanas, na chamada Ribeira, posicionava-se a Rua Nova³⁷.

A Rua Nova de Lisboa, principal eixo de desenvolvimento urbano na Lisboa de finais de duzentos, manteve-se como a mais importante artéria na vida comercial e social da cidade até ao Terramoto de 1755, momento em que terá sofrido uma destruição de monta, mas que não lhe terá colocado um ponto final, pois além de estar descrita no *Tombo da Cidade* realizado após a catástrofe natural, a Rua Nova mantinha-se quase intocada nas várias propostas de remodelação urbana da Baixa, excepto naquela que foi escolhida e realizada. Na verdade, foi a remodelação urbana posterior ao terramoto que realmente fez desaparecer esta artéria, para dar origem à Baixa pombalina.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985). *Os homens que pagaram a Rua Nova: fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista*. «Separata da Revista de História». 6.
- CABIDO DA SÉ. *Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954.
- GONÇALVES, Iria (1996). *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia histórica.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, Kate (2015). *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London: Paul Holberton Publishing.

³⁷ SILVA, 2017: 310-355; SILVA, 1987: I, 91-155.

- LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.
- LIVRO DOS PREGOS. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016.
- LOPES, Fernão (1966). *Crónica de D. Pedro*. Editado por Giuliano Macchi. Roma: Ateneo.
- LOPES, Fernão (1989). *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono Rei destes regnos*. Editado por Salvador Dias Arnaut. Biblioteca histórica. Porto: Civilização.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira (1987). *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 4.
- MARQUES, A. H. de Oliveira *et al.*, eds. (2004). *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa, eds. (1990). *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS, Miguel Gomes, ed. (2010). *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta: Livros I e II de D. João I (1384-1433)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. (Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa, 1).
- ROCHA, Artur (2014). *Uma Muralha, Vários Percursos*. «Rossio: Estudos de Lisboa». 3, 80-87.
- ROCHA, Artur; SILVA, Manuel Fialho (2016). *A Génese da Judiaria Pequena no século XIV*. In *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 223-240. (Estudos 15).
- SILVA, Augusto Vieira da (1987). *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.^a ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2 vols.
- SILVA, Manuel Fialho (2012). *São Julião: Uma Freguesia Marítima de Lisboa (1147-1294)*. «Rossio: Estudos de Lisboa». N.º 0, 8-27.
- SILVA, Manuel Fialho (2013). *A população judaica da Lisboa de D. Dinis*. In *Atas do I Congresso Histórico Internacional realizado em Guimarães, de 24 a 26 de Outubro de 2012*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 181-93.
- SILVA, Manuel Fialho (2017). *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento. [Consult. 1 dez. 2023]. Disponível em <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/29987>>.
- TRINDADE, Luísa (2013). *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.